

ATA DA 1.ª REUNIÃO DO C. M. D. RURAL/2022 de 09/02/2022.

Aos nove de fevereiro de dois mil e vinte e dois, realizou-se a 1.ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (C.M.D.R.) de 2.022, com início às 17:00h (dezessete horas), na sede da Cooperativa Agrícola da Zona do Jahu, à avenida Zien Nassif, n.º 1616, Jaú/SP. Presentes o presidente do Conselho Sr. Antonio Carlos Botelho Muller Carioba, o vice-presidente Sr. Carlos E. Nabuco de Araujo, o secretário executivo Sr. Antonio Abdo Junior, os conselheiros Sr. João André M. De A. Prado, Sra. Raquel H. Rocha Fernandes, Sr. Raul M. Modonese, Sr. Denilson H. Vitti, Sr. Eduardo V. Romão, Sr. José de Sampaio Góes, Sra. Olga Costa Cesar e Sr. Francisco I. Pastana Filho, como convidados Sr. Luiz Fernando M Auler e Sra. Maria de Lourdes Castro Cezar Bueno. Iniciou a reunião com a apresentação e aprovação da Ata da 9.ª Reunião do CMDR/2021, ocorrida em 08/12/2021. O Sr. Antonio Carlos B. M. Carioba, abrindo as discussões passa a palavra ao Sr. Raul Modonese, engenheiro agrônomo da EDA/Jaú que explana sobre o vazão sanitário “para a soja, segundo a resolução SAA de setembro/2021 que trata do Programa Estadual de Controle da Ferrugem Asiática de Soja. O vazão sanitário significa a inexistência de plantas de soja vivas num espaço de 90 dias, ou seja, de 15 de julho a 15 de setembro. Todo produtor de soja deve se cadastrar no sistema informatizado do Estado de São Paulo – GEDAVE e comunicar até 15 dias após o plantio de soja. O Sr. Raul coloca-se a disposição na EDA/Jaú para maiores esclarecimentos: e-mail raul.modonezi@sp.gov.br ou celular (16) 9 9761-2864. O Sr. Eduardo Romão comenta que esse programa sobre o vazão sanitário para soja é Federal e de alguns anos, o Estado de São Paulo é que está atrasado quanto a exigência do cadastro GEDAVE, o que restringe o Estado para exportação desses grãos, já que se trata de exigência dos importadores, sugeriu a divulgação dessa obrigatoriedade por todos os meios de comunicação ligados ao agro-negócio (Prefeituras, Associações, Sindicatos...). Na sequência, o Sr. Antonio C. Carioba comenta sobre as enchentes ocorridas no município no final do mês de janeiro de 2022, citando levantamento na bacia do ribeirão Ave-Maria, conforme relatório anexo, cita às vistorias nas represas da antiga Usina Lambari, do Grupo Atalla, as quais foram monitoradas constantemente, assim como a represa de tratamento de esgoto de Dois Córregos que apresenta algum problema em seu aterro e, cujo rompimento poderia agravar a cheia do rio Jaú, contudo a Prefeitura daquele município já fora notificada e será novamente via judicial. O Sr. Denilson Vitti e a Sra. Olga afirmam que a estrutura da Usina Lambari continua em posse da família Atalla e citam os nomes de Odair – responsável pela área agrícola, Sra. Érica – secretária do Sr. Jorge Sidney Atalla Filho e o Sr. José Olímpio – fiscal agrícola. O Sr. Denilson cita que a represa da Usina Santa Adelaide, Dois Córregos é relativamente pequena (0,5 hectares) e que dificilmente provocaria transtornos à bacia do rio Jaú. O Sr. Antonio C. Carioba comenta que o rio Jaú possui aproximadamente 9km de leito dentro da cidade e que se está criando um Comitê Técnico para avaliação da calha do rio e outros fatores que contribuíram para a ocorrência das enchentes. O Sr. João André cita que a precipitação de 300 – 500mm em 3 ou 4 dias foi a grande responsável pelo colapso de toda e qualquer estrutura de contenção. O Sr. Antonio Abdo ressalta o efeito-reverso das águas, que são represadas quando desembocam em rios maiores causando o seu represamento: Rio Jaú com rio Tietê, córrego dos Pires com Rio Jaú. Enfim, todos concordaram que muitos são os fatores a se considerar para a explicação de tamanha inundação em nosso município. O Sr. Eduardo Romão, acredita na viabilidade de recursos emergenciais estaduais e federais, no sentido de auxiliarem na recuperação das EMRs, pontes e outros referente a agropecuária, mediante a elaboração de relatório técnico bem embasado nas suas justificativas. A respeito da ponte sobre o Rio Jaú, na região do Banharão Novo, EMR 474, a qual foi desmontada, inclusive com a retirada do pilar central, o Sr. Eduardo Romão comenta que antes deveria se ter feito um estudo técnico do solo e que as obras serão onerosas para reconstrução total da referida ponte. O Sr. Antonio Carioba cita que a Secretaria de Mobilidade Urbana, responsável pelas EMRs e pontes rurais está contratando empresa especializada para esta obra. Cita ainda a verba do Governo do Estado de São Paulo como insuficiente para cobertura dos danos causados pela enchente e que o Poder Público está providenciando documentação para solicitação de outros recursos. Assim as 18:45h encerrou-se esta reunião. Eu, Antonio Abdo Junior, secretário executivo, lavrei esta Ata.

Antonio Carlos Botelho Müller Carioba
Presidente

Antonio Abdo Junior
Secretário Executivo